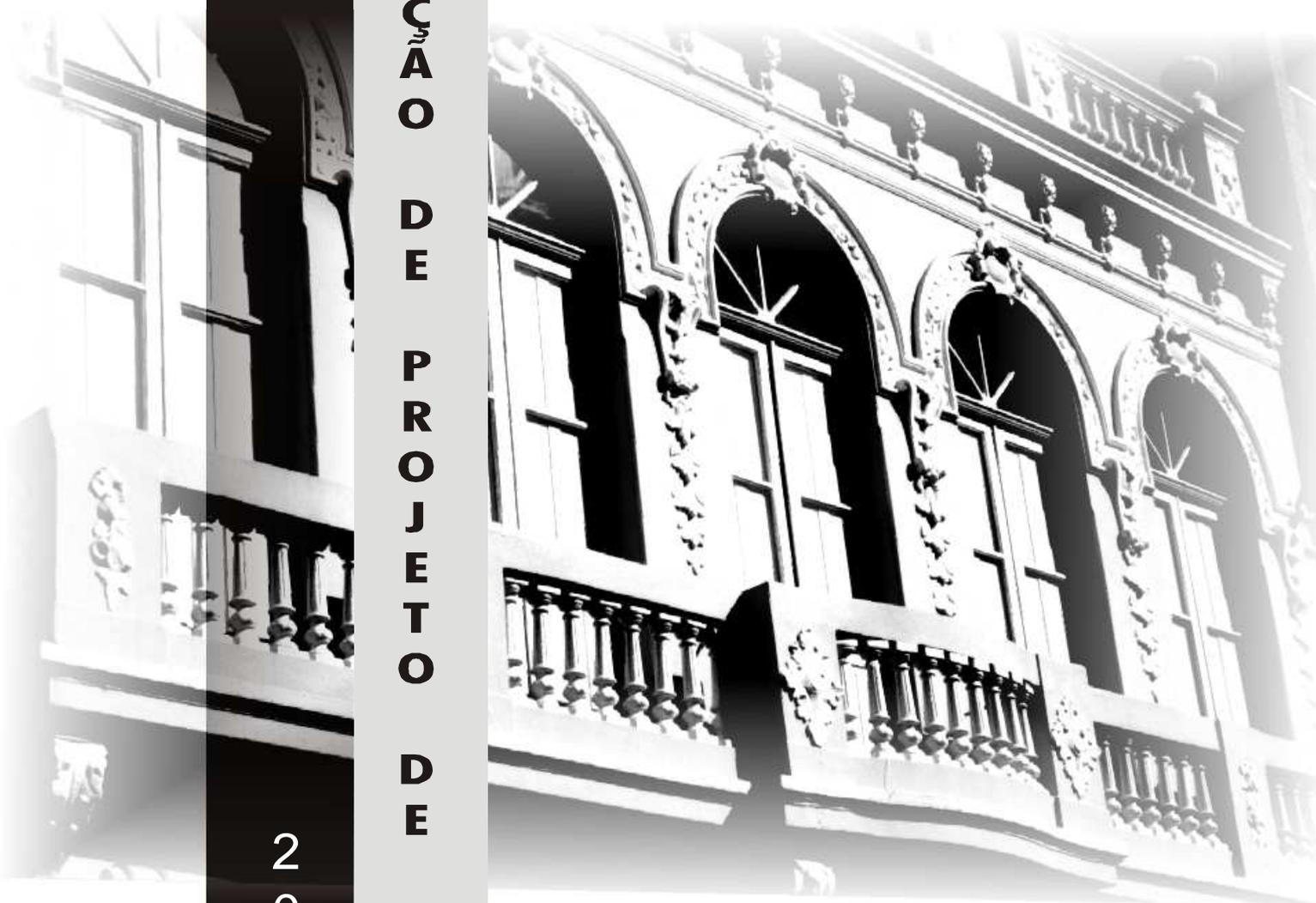


**R  
O  
T  
E  
I  
R  
O**

**E  
L  
A  
B  
O  
R  
A  
Ç  
Ã  
O  
D  
E  
P  
R  
O  
J  
E  
T  
O  
D  
E  
R  
E  
S  
T  
A  
U  
R  
O**

**2  
0  
0  
5**



## SUMÁRIO

## A - INTRODUÇÃO

## B – CRITÉRIOS TÉCNICOS

## C – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

- 1 . Pesquisa Histórica
2. Pesquisa Arqueológica
3. Prospecções
4. Análises Laboratoriais
5. Levantamento Arquitetônico e dos Bens Integrados e Móveis
6. Diagnóstico do Estado de Conservação
7. Proposta de Intervenção

## D – QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS A SEREM CONTRATADOS

## E – CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS

**ELABORAÇÃO**

**GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA**  
Diretoria de Patrimônio Cultural

Arq. Andrea Dal Grande  
Arq. Fátima Althoff  
Arq. Simone Harger  
Rest. Glória Maria Villar  
Rest. Sara Fermiano

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS**  
**INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS**  
Gerência do SEPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município

Arq. Betina Adams  
Arq. Suzane Albers Araujo  
Rest. Maria Anilta Nunes

Maio 2005

## **ROTEIRO PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RESTAURO CRITÉRIOS E ORIENTAÇÕES TÉCNICAS GERAIS**

### **A - INTRODUÇÃO**

Os imóveis tombados em nível estadual, conforme determina a Lei 5.846/80, são protegidos integralmente, por conterem elementos em sua arquitetura ou em sua história que são relevantes ou significativos para a formação da cultura catarinense. Isso significa que tanto as suas fachadas, quanto a sua volumetria e o seu interior devam ser preservados. Tal necessidade não significa que o imóvel não possa ser vendido ou nele realizado obras.

É possível sim, em imóveis tombados em qualquer esfera do poder público, realizar intervenções que permitam pequenas adaptações e adequações que objetivem a utilização continuada do imóvel. A utilização perene de uma edificação é a melhor maneira de mantê-la sempre em bom estado de conservação. Entretanto, como estes imóveis são portadores de significado, e /ou características que valem a pena serem disponibilizados para as gerações futuras, é que necessitamos intervir cuidadosamente nas obras de modo a preservarmos ao máximo seus elementos.

As obras em bens tombados devem caracterizar-se por obras de conservação/restauração, que seguem critérios adotados em todo o mundo. Esses critérios ou princípios definem a abordagem do projeto arquitetônico, a maneira de realizar as obras, sem degradar ainda mais o material original e sem mascarar a sua história.

O presente documento tem o intuito de informar os parâmetros que devem ser observados para o desenvolvimento de um projeto de restauração, os quais passamos a descrever:

### **B - CRITÉRIOS TÉCNICOS**

1. O reconhecimento legal de seu valor histórico-cultural implica em acatar posturas técnicas de preservação que são regidas por documentos internacionais conhecidos por “Cartas Patrimoniais”, cuja finalidade é a de normatizar mundialmente conceitos e critérios de conservação/restauração de bens culturais. Dessa maneira, os procedimentos e projetos deverão estar fundamentados nesses documentos, cujos textos podem ser acessados no site:  
[www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/cartaspatrimoniais/htm](http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/cartaspatrimoniais/htm).
2. A Carta de Veneza (1964), um dos primeiros documentos, já orienta quanto às questões prioritárias:

*“Artigo 3º - A conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico.”*

*“Artigo 9º - A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos*

*e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.”*

3. Os procedimentos de restauração devem estar fundamentados nos seguintes princípios básicos:

**3.1- Manutenção do substrato histórico:**

O substrato histórico original deverá ser mantido. As intervenções deverão ser orientadas com vista à serviços de manutenção, recuperação e infra-estrutura do bem.

**3.2- Intervenção mínima:**

Toda intervenção deve ser orientada pelo absoluto respeito aos valores estéticos e históricos do monumento, à sua integridade física e ao seu aspecto documental.

**3.3- Compatibilidade de técnicas e materiais empregados:**

Os materiais e técnicas construtivas a serem introduzidos nas intervenções deverão possuir características e comportamentos semelhantes aos materiais originais.

**3.4- Legibilidade das intervenções:**

As intervenções devem ter a marca do seu tempo.

**3.5- Reversibilidade dos materiais empregados:**

Devem ser evitados produtos e materiais que ponham em risco a integridade da obra, bem como técnicas cujos resultados sejam irreversíveis.

**3.6- Aditamentos (acréscimos) e falsificações:**

Segundo o artigo 6º da Carta de Restauro – 1972 – Itália:

*“(...) proíbem-se indistintamente para todas as obras de arte(...):”*

*“1 - aditamentos de estilo ou analógicos, inclusive em forma simplificada, ainda quando existirem documentos gráficos ou plásticos que possam indicar como tenha sido ou deva resultar o aspecto da obra  
acabada;*

*2 - remoções ou demolições que apaguem a trajetória da obra através do tempo, a menos que se trate de alterações limitadas que debilitem ou alterem os valores históricos da obra, ou de aditamentos de estilo que a falsifiquem;”*

**C – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS**

A estrutura final de um projeto de conservação/restauração para fins de aprovação junto aos órgãos de preservação (IPHAN, FCC e PM conforme o caso) deverá conter o que segue:

- Histórico do bem;
- Levantamento arquitetônico e fotográfico;
- Diagnóstico do estado de conservação contendo o mapeamento dos problemas patológicos existentes e a avaliação técnica específica de especialista;
- Memorial descritivo dos materiais e serviços bem como peças gráficas localizando em planta, cortes e fachadas as intervenções;
- Proposta de intervenção, incluindo os projetos de conservação/ restauração, layout, projetos complementares, paisagismo, bens integrados e móveis quando existirem;
- Orçamento e cronograma físico–financeiro detalhado se implicar repasse de verba pública;
- Recomendações gerais para a manutenção do imóvel e seus bens integrados e móveis, visando a sustentabilidade da restauração.

Segue abaixo o roteiro detalhado das atividades previstas para a elaboração do projeto:

### **1. PESQUISA HISTÓRICA**

Pesquisa histórica das edificações e seu entorno. Deverá conter:

- Descrição cronológica das diversas intervenções arquitetônicas;
- Identificação das fontes bibliográficas utilizadas;
- Apresentação em planta cronológica das intervenções ocorridas;
- Pesquisa iconográfica da edificação e seu entorno. Todas as imagens deverão estar devidamente identificadas por data e autor;
- Pesquisa histórica e iconográfica dos bens integrados e móveis.

### **2. PESQUISA ARQUEOLÓGICA**

- Em situações de especial importância poderá ser solicitada prospecção arqueológica para investigação da existência de antigas estruturas.

### **3. PROSPECÇÕES**

- Realização de prospecções nas paredes e forros quando houver suspeita da existência de pintura decorativa mural, ou ainda para averiguar cor original desses elementos arquitetônicos;
- Realização de prospecções nas esquadrias para identificar cores originais;
- Os vestígios deverão ser fotografados e sua localização deverá ser demarcada em planta.

### **4. ANÁLISES LABORATORIAIS**

- Caracterização e identificação de aglomerado/agregado de argamassas históricas (exemplo: reboco das paredes e estuques do forro);
- Identificação do material constitutivo da policromia prospectada (pigmentos e aglutinantes);
- Identificação das espécies botânicas utilizadas em todos os elementos de madeira que necessitem intervenção.

## **5. LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO E DOS BENS INTEGRADOS E MÓVEIS**

- Levantamento arquitetônico da situação atual na escala 1:50 contendo: planta de situação, plantas baixas, planta de cobertura, as quatro elevações, um corte transversal e um longitudinal;
- Levantamento gráfico das esquadrias (bandeiras, folhas, forras, postigos e ferragens) na escala 1:10, contendo representação das vistas interna e externa, corte horizontal e corte vertical;
- Identificação dos forros, pisos e assoalhos em plantas baixas (escala 1:50), com detalhamento do sistema construtivo e identificação do material, na escala 1:10;
- Levantamento gráfico de bens integrados e se fizerem presentes no imóvel.

## **6. DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO**

- Verificação e identificação das patologias<sup>1</sup> existentes na edificação, incluindo seus bens integrados e móveis, relacionando-as com o entorno. Estas patologias deverão ser devidamente registradas, através do mapeamento das anomalias em planta, de imagens fotográficas e de texto explicativo, que deverá mencionar o método utilizado na inspeção. Na análise patológica deverão ser identificadas as origens (física, química ou biológica) e causas da deterioração (fatores humanos, naturais ou acidentais), relacionando o desempenho e a durabilidade dos materiais;
- Avaliação do sistema de drenagem pluvial. (sistemas de captação, de queda e de escoamento da água);
- Avaliação das instalações existentes (rede elétrica, de telefone, de alarme e segurança, sistema de proteção contra descargas atmosféricas, de proteção contra incêndio, hidráulico, de sonorização).

## **7. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**

- O projeto arquitetônico deverá conter lay-out de uso das áreas;
- O projeto de conservação/restauração deverá conter proposta gráfica de recuperação e memorial descritivo das obras a serem realizadas, com especificação dos materiais e modo de execução, demarcando em planta o que necessita ser recuperado (estrutura, alvenarias, forros, pisos, rebocos, ornamentos, esquadrias, ferragens e bens integrados à arquitetura).

<sup>1</sup> Segundo o Grupo de Patologia das Construções da Escola Politécnica da USP “A patologia das construções é definida como o estudo das origens, causas, mecanismos de ocorrências, manifestação e conseqüências de situações em que os edifícios ou suas partes apresentam desempenho abaixo do mínimo pré-estabelecido.”

